MILITÂNCIA POLÍTICA DE LIDERANÇAS FEMININAS NA LUTA POR DIREITOS SOCIAIS NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM FORTALEZA – CE

Greyce Helen Marques Teixeira[1]

Paula Raquel da Silva Jales[2]

RESUMO: A atuação e participação das mulheres nas instâncias progressistas católicas são fenômenos históricos que vêm ganhando novos contornos e configurações no cenário contemporâneo. No tocante a dimensão social e política dessas trajetórias, esta análise objetivou promover reflexões acerca da militância política das lideranças femininas nas Comunidades Eclesiais de Base, em Fortaleza – CE. Para tanto, recorreram-se as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com realização de seis entrevistas semiestruturadas. Evidenciou-se através das narrativas dessas mulheres, no entrelace de experiências individuais e coletivas, que os trabalhos de base comunitária e os vínculos construídos; os campos formativos internos ou externos; as articulações com os níveis estruturais da Igreja Católica; as parcerias construídas no diálogo constante com os movimentos sociais, classe trabalhadora, segmentos mais pauperizados, revelam a busca e defesa dos direitos.
Palavras-Chave: Lideranças femininas. Militância política. Direitos sociais.

ABSTRACT: The performance and participation of women in progressive Catholic organizations are historical phenomena that have been gaining new contours and configurations in the contemporary scenario. Regarding the social and political dimension of these trajectories, this analysis aimed to promote reflections about the political militancy of female leaders in the Base Ecclesial Communities in Fortaleza - CE. To do so, we resorted to bibliographic, documental and field research, with six semi-structured interviews. It was evidenced through the narratives of these women, in the interweaving of individual and collective experiences, that the work of community base and the bonds built; the internal or external formative fields; the articulations with the structural levels of the Catholic Church; the partnerships built in the constant dialogue with social movements, working class, poorer segments, reveal the search and defense of rights.
Keywords: Women leaders. Political militancy. Social rights.

[1] Universidade Estadual do Ceará (UECE); Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); greice.88@hotmail.com

[2] Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Piauí (UFPI); Doutora em Políticas Pública pela UFPI; paularaquel.12@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo destina-se a dar visibilidade a pontos de reflexão relativos à pesquisa sobre a atuação de mulheres na luta por direitos sociais nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) de Fortaleza – CE. Aqui serão apresentados recortes de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em fevereiro de 2021. No processo investigativo, optou-se por analisar trajetórias de vida das mulheres nas CEB, na tessitura de suas lutas por direitos sociais.

Discutir temas ligados a religião não se configuram historicamente uma tarefa fácil, essa esfera está impregnada de determinações diversas, sobretudo relativas a Igreja Católica, onde se encontram as CEB. Estas construíram, no decorrer de sua caminhada histórica, uma luta conjunta intensa, através da atuação de seus membros, empenhados na defesa de um modelo de Igreja Libertadora, que ainda assume no cenário contemporâneo, uma posição de enfrentamento a um legado de opressões sociais.

As Comunidades Eclesiais são núcleos de organização comunitária e popular que emergiram no quadro histórico brasileiro na década de 1960, seus agentes se reuniam para refletir sobre suas realidades concretas de vida, tensionadas por uma conjuntura social de intensas contradições (BETTO, 1984). No cenário atual, ainda seguem alguns princípios da Teologia da Libertação que, segundo Leonardo Boff e Clodovis Boff (2001), refere-se a um conjunto de posicionamentos e reações as situações de opressão do povo. Libânio (1987), ao refletir sobre a Teologia da Libertação, ressalta que ela possibilita o surgimento de uma consciência libertadora das estruturas de poder e dominação do capital, onde seus adeptos poderão realizar outra leitura da realidade.

Compreende-se que a relação das mulheres com a Igreja Católica está imersa num conjunto de polêmicas e contradições. Apesar da participação massiva nessas instâncias, a condição feminina sempre foi e ainda continua a ser tensionada (GEBARA, 2010). Coexiste na esfera religiosa, uma luta interna das mulheres por condições de igualdade e direitos, como também uma estrutura hierárquica

reprodutora de comportamentos machistas e conservadores (ROSADO-NUNES, 2008).

Nesse sentido, o questionamento central feito foi: De que forma se materializa nas construções de vida das mulheres líderes das CEB uma articulação entre fé e política? O objetivo desta análise foi, portanto, investigar aspetos da militância política dessas mulheres na luta por direitos sociais, nos espaços eclesiais em que atuam. No plano mais específico, sistematizaram-se pontos que dialogam com o objetivo geral, relativos aos processos de inserção dessas mulheres nos trabalhos de base, com destaque para as principais motivações sociais e políticas. Em seguida, abordaram-se algumas nuances de suas trajetórias de luta por direitos nas instâncias formativas e na liderança dos grupos de base.

Em relação aos procedimentos metodológicos, recorreram-se as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com realização de seis entrevistas semiestruturadas. O trato analítico foi efetivado por referências teóricas críticas. O método de abordagem do real adotado foi o materialismo histórico e dialético de Marx dialogando com o método biográfico de análise de trajetórias. As trajetórias dessas mulheres foram marcadas por múltiplos desafios, seja em relação a estrutura hierárquica da Igreja Católica, o espaço interno das bases e a conjuntura social. O desafio deste texto foi evidenciar aspectos dessa luta e mobilização pela construção e efetivação das políticas públicas, em articulação com as comunidades cebianas, em que as líderes tecem sua militância política.

2 TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO NOS TRABALHOS DE BASE

O contato e o diálogo com as seis líderes de CEB, foi revelador de incríveis descobertas, essas mulheres contaram trechos de suas trajetórias, num resgate de suas memórias, saberes, afetos, perspectivas, projetos e intenções. A inserção nas Comunidades Eclesiais de Base desde a juventude foi fator preponderante na trajetória de vida das interlocutoras, estando envolvidas, desde cedo, nas atividades pastorais das paróquias e comunidades a que pertencem.

No tocante aos processos de inserção, especificamente aos fatores pessoais

e sociais que motivaram essas mulheres a participar das CEB, verificou-se em seus discursos algumas especificidades inerentes a influência familiar no movimento de aproximação aos espaços cebianos. Raimundinha Portela[3] revelou que através do convite de sua irmã para participar dos movimentos da Igreja, abriram-se possibilidades de superação de um contexto familiar marcado pelo jugo da violência doméstica. De acordo com Filho e Frota (2017, p. 197), "[...] a violência doméstica representa uma severa violação aos direitos humanos, visto que afeta milhares de mulheres no mundo todo, independente da idade, classe social, de grupos étnico-raciais, grau de escolaridade ou religião". A líder cebiana enfatizou que foi através de suas vivências, experiências e articulações nas CEB que despertou para essa compreensão política de entender que era uma vítima desse cenário de violência, enraizado no âmbito familiar e social.

Sulamita revelou que seus pais foram lideranças cebianas no Jangurussu, no Sítio da Pastoral Operária, "[...] desde pequena meus pais me levaram para participar de movimentos puxados pelas CEB aí eu ia desde criança aprendia as canções e aquilo foi interiorizando na minha pessoa [...]". Diversas outras experiências de contato, para além do campo familiar, foram sinais motivadores para que essas mulheres aderissem ao projeto e espiritualidade cebiana.

Anaide Neri sintetiza bem um desses momentos de sua história de vida. A líder confirmou o incentivo de seus pais para participar dos grupos de catequese, crisma, mas foi a partir do momento de contato com as CEB do Jangurussu, que iniciou a sua atuação numa dimensão mais política, seja nas pastorais sociais e movimentos, sempre lutando pelas questões da comunidade e por seus direitos.

Estelita não enfatizou em primeira ordem a influência familiar, destacou outras referências que permearam esse processo:

> Minha atuação nas CEB começou em 1997, com os seminaristas redentoristas quando teve por aqui missão, a gente estava envolvido aqui, a gente já era de igreja, mas com esse rosto, com esse envolvimento só foi com a participação dos padres redentoristas, com a atuação do [...] que era muito ligado ao social, e aí nos trouxe e com as missões populares. A gente se inseriu mais nessa determinação, nessa identidade de CEB, e as falas que eles traziam, nas rodas, no modo de rezar era sempre ligada a realidade, isso chamou muita atenção e desde então a gente está nessa

[3] Os nomes das seis interlocutoras (Raimundinha Portela, Sulamita, Margarida Alves, Estelita, Anaide Neri e Espedita Araújo) que participaram da pesquisa são fictícios. Neste artigo se preserva o sigilo dos nomes das entrevistadas, evidenciando somente a riqueza social de suas narrativas.

> luta, entendendo como é a igreja mais progressista, sempre ligando fé e vida.

As lideranças resgataram o momento histórico de efervescência e grande mobilização das CEB, que ocorreu na década de 1980, como ponto significativo de suas primeiras ações no campo religioso articulado a dimensão política. Nessa conjuntura de luta nacional pela abertura política, Margarida Alves nos contou que a presença dos membros cebianos era muito intensa, atuavam na coordenação, organização junto com os movimentos sociais e populares, com a participação de alguns padres da Arquidiocese de Fortaleza, lutando pelos direitos que vinham sendo violados desde o período da Ditadura Civil Militar.

Segundo Raimundinha Portela, desde os seus primeiros passos nas CEB do bairro Conjunto Esperança, quando participava dos grupos de jovens, começou a perceber e a identificar várias demandas sociais que precisavam ser compreendidas e enfrentadas:

> No Conjunto Esperança sim tinha esse aspecto de luta, o conjunto precisava de muitas coisas, tinha uma associação de moradores nós fomos participar precisava do saneamento básico nós fizemos abaixo-assinado com toda a Igreja com todos os grupos da Igreja a gente fez muita coisa nós conquistamos lá, o serviço de transporte era muito ruim, a gente foi brigar, então nós entramos nessa Igreja com essa, porque o nosso catequista de crisma era uma pessoa ligada as CEB e que era filiado a um partido acho que era PC do B ou era PCB, e aí ele tinha esse aspecto político que ele passava para gente (RAIMUNDINHA PORTELA).

O trabalho de base que essas mulheres realizavam, enquanto criação de caminhos e possibilidades de transformação da realidade, foi segundo o que elas revelaram, um exercício árduo de interação com a comunidade, de articulação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações de bairro, dentre outros segmentos. Margarida Alves evidenciou algumas caraterísticas que permearam essa conjuntura de busca pelos direitos, junto com a população, na defesa de um projeto de vida[4] que é um referencial das CEB.

A líder também mencionou as reinvindicações mais recentes, que envolvem a realidade de seu território na região do Mondubim e adjacências, descreveu sobre a situação das famílias que residem a margem do rio Maranguapinho e que enfrentam um delicado processo de remoção. Ela garantiu que todos esses fenômenos estão

[4] De acordo com as narrativas das lideranças femininas, esse projeto em defesa da vida funciona como um dos eixos estruturantes de ação das CEB, direciona o trabalho de base, as formações e as mobilizações.

presentes nas vivências e encontros das CEB, como pauta de luta e tentativas de construção de estratégias para o enfrentamento dessa conjuntura de opressão, de acirramento das desigualdades e violação de direitos.

Na esteira das CEB Anaide Neri foi construindo uma base sólida de luta por direitos, seja na convivência mais próxima a comunidade, nas instâncias de representação da Igreja, nos espaços externos como os conselhos de saúde, de habitação da cidade de Fortaleza, nas conferências de direitos, na Associação de Mulheres do Conjunto Palmeiras. Destacamos aqui um desses momentos:

> As CEB eram muito fortes, se reunia, se organizava, ia mesmo para luta. Eu estava sempre presente, principalmente na questão das moradias, a luta foi muito intensa aqui no Santa Filomena, que não existia nem esse nome, era Jangurussu mesmo. Quando aparecia o dono do terreno a gente ia para luta na questão da indenização do terreno. Depois os mutirões que era o material para fazer as casas, e era para as pessoas que precisavam. Fazíamos visita, sabia quem era, até hoje tem as famílias em umas das ocupações aqui a Padre Josimo, que moram aqui e conhecem toda essa história de luta (ANAIDE NERI).

As mulheres enfatizaram a importância da proximidade e parceria com a comunidade, assumindo um compromisso político que possa contribuir para que as pessoas despertem uma consciência crítica sobre seus contextos sociais. Elas atuam não somente numa perspectiva religiosa e espiritual, suas ações são carregadas de concretude e materialidade diante das expressões da questão social como abordado no próximo tópico.

3 UM PROJETO EM DEFESA DA VIDA: A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS NAS CEB

O fio condutor desta análise persegue a tentativa de compreender a luta por direitos nas CEB a partir das construções de vida das lideranças, especificamente evidenciar aspectos da militância política. Neste sentido, aproximou-se da categoria direitos sociais que, segundo Telles (1998), diz respeito a um conjunto de garantias sociais, direcionadas ao atendimento de múltiplas necessidades dos indivíduos. No entanto, a autora ressalta que esses direitos são construções que envolvem uma relação complexa entre Estado e sociedade. Telles (1998) acrescenta que os direitos sociais possuem uma dimensão coletiva, que também atende necessidades

individuais, sendo o Estado o agente responsável em primeira instância, no sentido de garantir a proteção, consolidação e efetivação dos direitos, através do acesso universal ao conjunto das políticas públicas.

No âmbito das CEB a dimensão dos direitos se materializa no que as lideranças femininas denominam de um Projeto em defesa da vida, que incorporam as principais demandas da classe trabalhadora, tanto individuais quanto coletivas. Ressalta-se que este projeto defendido pelas CEB, diferencia-se de algumas propostas e diretrizes de grupos conservadores da Igreja Católica. Nas CEB, a busca pela defesa da vida prioriza o compromisso e o acolhimento a todos, em contrapartida, os núcleos neoconservadores católicos escolhem as vidas a serem protegidas, conforme seus critérios morais e a imposição de seus dogmas, reduzindo-as muitas vezes ao momento de concepção da vida (PINHEIRO, 2015).

Os membros das comunidades assumem o compromisso de luta pelas políticas públicas de educação, saúde, trabalho, segurança, habitação, dentre outras. Salienta-se que as líderes afirmaram que suas práticas políticas não se desconectam de seus trabalhos pastorais:

> Então [...] participar da política no sentido de construção de uma nova sociedade, lutar pela distribuição dos bens, que não haja tanta desigualdade na sociedade, essa política ela também se relaciona com essa fé, com o que nós acreditamos, um Deus vivo presente, a partir de nós, das pessoas, nessa terra, não depois que a gente morre. Mas enquanto estamos aqui lutamos para que as pessoas tenham vida plena e isso passa pela política, pelos partidos políticos, pela consciência crítica, pela luta, pela organização do povo, pelos canais de transformação dessa sociedade (ANAIDE NERI).

São vidas que se dedicam a construir e garantir o acesso a direitos individuais e coletivos, como o direito à vida, liberdade, autonomia, igualdade, justiça, satisfação das necessidades, processos que precisam ser reconhecidos em sua complexidade, pois são gestados em meio a contradições da dinâmica social:

> Direitos não são algo dado por uma esfera sobrenatural, nem tampouco são advindos da natureza ou de uma suposta igualdade inata entre todos os seres humanos. São resultados de lutas históricas, de conflitos de interesses, de ações dos movimentos sociais, do Estado, dos poderes públicos, das classes e de segmentos heterogêneos e internos a elas (RUIZ, 2014, p. 245).

Telles (1998) elabora um panorama histórico que se desdobra em várias perspectivas a respeito do debate sobre os direitos sociais, ela nos instiga a pensar

não só na dinâmica de seu reconhecimento a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, articulado aos direitos civis e políticos, mas, sobretudo, em seus desdobramentos na dinâmica das sociedades de classes.

De acordo com Raimundinha Portela, sobre a articulação da Igreja Católica com a luta pelos direitos, há a presença de diversas instâncias comprometidas com o social, que ajudam a construir um modelo de Igreja libertadora, que se propõe a transformar as estruturas da sociedade. O Centro de Defesa da Vida, o Espaço Cultural Frei Tito de Alencar que surgiu por meio de iniciativas dos membros das CEB e a Cáritas de Fortaleza.

Essa líder cebiana trabalhou na Instituição Cáritas de Fortaleza, espaço que compactua com os objetivos das Comunidades Eclesiais, no sentido da luta pela autonomia dos sujeitos, construção das políticas públicas, em consonância com os interesses da classe trabalhadora priorizando um projeto em defesa da vida.

Estelita enxerga as CEB como um espaço de acolhimento dos diversos, relata que a busca pelos direitos precisa superar o assistencialismo, mesmo diante das práticas de caridade no contexto religioso. A líder adverte que as comunidades de base procuram superar esses limites, em parcerias com a sociedade civil, os movimentos sociais, para que as pessoas alcancem patamares de independência, autonomia e consciência política.

Anaide Neri relembra algumas conquistas nas CEB. Fazendo um recorte de sua atuação enquanto liderança, destacou o engajamento junto à comunidade nas lutas por moradia, por direitos a saúde, infraestrutura dos bairros, proteção as mulheres em situação de violência. Mencionou que através das experiências de CEB, com organização e mobilização, surgiram muitas entidades, associações, grupos de mulheres, que no território passaram a reconhecer e fortalecer o campo dos direitos.

Para Margarida Alves, a atuação política na busca por direitos, perpassa intensamente o seu caminhar nas CEB, neste sentido resgatou na memória alguns desafios enfrentados nos anos 1990, dos desdobramentos das políticas neoliberais, que acirraram a luta de classes e ampliaram as desigualdades. Segundo Behring e Boschetti (2010), os impactos da conjuntura neoliberal e de seus respectivos

programas reformistas a partir da década de 1990 no Brasil, revelaram-se como intensos retrocessos em relação aos direitos conquistados, e incidiram diretamente nas condições de vida das classes trabalhadoras.

As lideranças também evidenciaram algumas estratégias de enfrentamento engendradas nos espaços cebianos, inerentes ao contexto da Pandemia do Covid-19[5], iniciada em 2019, enquanto possibilidades de confronto e resistência ao contexto dominante de aniquilação dos direitos e de impedimentos de acesso universal as políticas públicas.

> As estratégias nas CEB hoje é a partir das parcerias, nossa região aqui Jangurussu, Palmeiras, agora mesmo com essa situação do coronavírus, isolamento social, foi criado a frente Jangurussu/Palmeiras onde envolve a associação de moradores, de mulheres, grupos organizados, enfim, vários grupos e movimentos se juntam em defesa da vida (ANAIDE NERI).

A trajetória construída pelas lideranças cebianas, na perspectiva da luta pelos direitos, foi traçada em uma base formativa ampla, que envolveu os momentos em que elas participavam como ouvintes e outros em que elas ministraram os eventos formativos. Reescreveram suas histórias a partir da base, iniciando pelos Círculos Bíblicos, Campanha da Fraternidade, Grito dos Excluídos[6], Assembleias Arquidiocesanas de CEB e Reuniões das Ampliadas que antecedem ao grande Encontro Nacional que são os Intereclesiais. As líderes compartilharam que é na convivência nos Círculos Bíblicos que conseguem ter um contato mais próximo com o povo, com as suas dinâmicas de vida, demandas por direitos em cada território específico.

O impacto da formação política que permeia as construções de vida dos grupos de CEB foi bastante mencionado pelas interlocutoras da pesquisa. Anaide reforçou a relevância dos encontros formativos no período da Campanha da Fraternidade, onde nas comunidades são debatidas todas as temáticas anuais, citou uma que considerou muito importante para a dimensão da luta pelos direitos que ocorreu no ano de 2019, sobre as Políticas Públicas. As lideranças resgataram a

[5] A nomenclatura Covid-19 refere-se a uma doença extremamente contagiosa, causada pelo novo coronavírus, identificada inicialmente em dezembro de 2019, na China, em Wuhan. No mês de fevereiro de 2020 foram constatados os primeiros casos de infecção no Brasil (BRASIL, 2021).

[6] O Grito dos Excluídos, marca a caminhada das Comunidades Eclesiais, pois os núcleos cebianos se organizam para discutir sobre as potencialidades de luta pelos direitos, justiça social, equidade, os fenômenos ligados a ordem social capitalista, desse modo realizam denúncias as situações de exploração e opressão da vida humana (HISTÓRIA, 2021).

memória das formações que integraram a preparação a grandes mobilizações como o Grito dos Excluídos, que ocorre anualmente no dia sete de setembro.

As líderes se esforçam para ocupar esses diversos espaços, onde seja possível dialogar sobre as questões políticas, num contexto em que inúmeras pessoas não reconhecem e até refutam esse tipo de debate nos ambientes religiosos. A militância política das lideranças cebianas, também fincou raízes no grande evento nacional das CEB, os Encontros Intereclesiais.

> O Intereclesial que acontece de quatro em quatro anos, é muito fortalecedor do qual todas as CEB do Brasil e do mundo se reúnem, e ali a gente vai vivenciar tudo o que as CEB em grupo experimenta, eu sei que é muita gente, mas a gente se encontra em pequenos grupos, e ver que a nossa realidade é igual em todo lugar, as nossas lutas, só muda os espaços que a gente está inserida (SULAMITA).

As trajetórias de militância política das líderes cebianas, encontram-se imersas na dimensão das relações de gênero, poder, classe, raça e etnia. Esses processos se configuram enquanto dinâmicas complexas, desafiadoras, em que a atuação das mulheres precisa ampliar espaços, superar limites, para garantir direitos, autonomia e legitimidade, diante de relações estruturais permeadas pelo conservadorismo e machismo. Desse modo, retomamos o pensamento de Cisne (2015, p.116) quando nos revela que “[...] a articulação entre as relações sociais de sexo, classe e raça é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres”.

Esses aspectos contraditórios permeiam os quadros formativos, sobretudo os ambientes locais de base, em que essas mulheres edificam suas trajetórias de lutas por direitos nas CEB. As mulheres cebianas na condição de liderança transitam em terrenos permeados de conflitos, uma atuação política num espaço religioso ainda é sinônimo de ousadia, pois considerável parcela de segmentos hierárquicos conservadores da Igreja Católica consideram a militância das mulheres como uma verdadeira afronta aos seus interesses.

As interlocutoras evidenciaram a participação feminina massiva nas CEB, sem elas o trabalho de base torna-se praticamente inexistente e acrescentaram que ao conquistarem o status de liderança alcançam o sentido da representatividade da força das mulheres da comunidade. Sobre esse contexto, vejamos trechos de fala

de Espedita Araújo:

> Assim algumas ainda são um pouco limitadas nos espaços, ficam nos bastidores, mas em sua grande maioria, possuem consciência do seu papel, de seu potencial [...] e devem conquistar muito mais. Ser uma liderança feminina nas CEB é ser capaz de fazer a diferença, não compactuar com esse modelo de Igreja que discrimina, que é fechada e presa no altar, nos ritos.

Portanto, a materialização da luta por direitos empreendida por essas mulheres, se dá na dimensão de suas práticas cotidianas. Segundo Rosado-Nunes (2008), a religião católica configura-se como um campo de relações sociais extremamente complexo, mas acrescenta que as mulheres se sobressaem em seus projetos e ideais, quando decidem agir não somente a partir dos valores e princípios apreendidos, mas ultrapassaram limites impostos através da vinculação de sua fé com a vida prática. Nesse contexto ergue-se a base de resistência e militância política das líderes cebianas, construída no entrelace das experiencias individuais e coletivas, que priorizam uma nova ordem social, justa, equânime e libertadora.

4 CONCLUSÃO

As análises de aspectos da militância política das lideranças cebianas, resultantes do processo investigativo da pesquisa monográfica citada anteriormente, possibilitaram iluminar e ampliar reflexões, ao nível do pensamento crítico. Percebeu-se que nas múltiplas peculiaridades do cotidiano dessas mulheres, a luta por direitos é uma construção articulada de suas experiências individuais e coletivas.

Sobre os processos de inserção das lideranças nas comunidades eclesiais, evidenciou-se as nuances das experiências da militância política, que surge e se consolida na articulação com os grupos comunitários, nos espaços formativos, na participação em eventos e mobilizações sociais. A luta pela efetivação dos direitos, a construção das politicas públicas para o atendimento das necessidades e demandas sociais, entrecruzam-se com as pautas defendidas nos projetos das CEB.

As lideranças assumem não somente o compromisso pastoral e evangelizador, mas, sobretudo, político. Há um protagonismo e persistência dessas mulheres, em ocupar esses espaços. Todas elas perseguem o fortalecimento da luta

coletiva, incentivam e estimulam outras mulheres a criarem caminhos possíveis de autonomia, criam pontes e estabelecem parcerias com os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, dentre outros segmentos, mesmo diante de conjunturas hierárquicas e sociais adversas.

Os trabalhos de base comunitária e os vínculos construídos; os campos formativos internos ou externos; as articulações com os níveis estruturais da Igreja Católica; as parcerias construídas no diálogo constante com os movimentos sociais, classe trabalhadora, segmentos mais pauperizados, revelam que a busca e defesa dos direitos é perseguida com afinco por essas mulheres.

Esta análise enfatizou as reflexões sobre participação, militância e direitos sociais, destacados nas narrativas que expressam a existência de uma atuação política em defesa das necessidades da classe trabalhadora, através de uma luta constante pela efetivação das políticas públicas, materializada na dinâmica dos projetos cebianos. Todas essas temáticas são amplamente discutidas e incorporadas no âmbito dos debates do Serviço Social, alinham-se também a princípios e valores defendidos pela profissão, presentes no Código de Ética (1993), que compõe o seu Projeto Ético Político.

A busca pela autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais, defesa intransigente dos direitos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia e participação política, como princípios do Código de Ética do Serviço Social, estão presentes no conteúdo político que se materializa nas lutas das líderes cebianas. A militância e atuação política dessas mulheres aproximam-se das bandeiras de luta do Serviço Social, reforçando a urgência da construção de uma rede cada vez mais ampliada de diálogos e pesquisas nas instâncias de produção crítica do conhecimento, que ambicionem a compreensão das tessituras de relações complexas entre as mulheres e a religião.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e História. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é COVID-19. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. Acesso em: 10. ago. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273/93, de 13 de março de 1993. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, publicado no Diário Oficial da União a 30 de março de 1993 e alterado pela resolução CFESS nº 290, publicada no Diário Oficial da União a 11 de fevereiro de 1994. Brasília, DF, 1994.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2015.

FROTA, Maria Helena de Paula; FILHO, Ricardo Wagner Amorim Tavares. O combate à violência contra a mulher: Lei Maria da Penha e o Juizado da Mulher de Fortaleza. **Conhecer: debate entre o público e o privado**. v. 07, n. 19, 2017.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos:** antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.

HISTÓRIA grito dos (as) excluídos (as). Website Grito dos/as excluídos/as. Disponível em: https://www.gritodosexcluidos.com/historia. Acesso em: 22 jan. 2021.

LIBÂNIO, João Batista. **Teologia da Libertação:** roteiro didático para um estudo. São Paulo: Loyola,1987.

NUNES, Maria José Fontelas Rosado. Direitos, cidadania das mulheres e religião. Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, v. 20, n. 2, nov. 2008.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. Serviço Social, Neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun.2015.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.